

PETROBRAS

Troca na diretoria

Presidente da estatal, Magda Chambriard, escolhe duas mulheres para os cargos

» ROSANA HESSEL

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, indicou três novos membros para a Diretoria Executiva e escolheu duas mulheres e um homem para as funções, conforme nota divulgada na noite de sexta-feira (14).

A titular da Diretoria Executiva de Engenharia, Tecnologia e Inovação será a matemática Renata Baruzzi, funcionária de

carreira da estatal há 38 anos. Com atuações na Refinaria de Cubatão (RPBC) e na Refinaria de Paulínia (Replan), atualmente, Baruzzi estava gerenciando a área de Gestão Integrada da Logística. A Diretoria Executiva de Exploração e Produção será ocupada por Sylvia dos Anjos, geóloga aposentada da Petrobras. Formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com mestrado e doutorado na área pela University of Illinois at

Urbana-Champaign, Sylvia dos Anjos, e ocupou vários cargos gerenciais na companhia, com destaque para a gerência-geral de Tecnologias do Ativo de Libra.

E, por último, o novo comando da Diretoria Executiva Financeira e de Relacionamento com Investidores, ficará a cargo do economista Fernando Melgarejo, servidor do Banco do Brasil. Melgarejo possui 37 anos no BB, dos quais dedicou cerca de 30 anos à área financeira.

Os atuais diretores permanecem em suas posições até o processo de governança interna de aprovação dos nomes ser concluído. Na nota, Chambriard agradeceu a contribuição dos diretores Carlos José do Nascimento Travassos e Joelson Falcão Mendes. "Alterações na composição da diretoria são naturais do processo de gestão da mudança e em nada desabonam a competência e o comprometimento dos colegas que saem", disse.

Brasil S/A
por Antonio Machado

machado@cidadebiz.com.br

Política do supérfluo

Bolsa em queda, a 120 mil pontos, algo como 30 mil abaixo do que a cena econômica do fim de 2022 sugeria para os anos seguintes, o dólar espirocando, quando deveria estar mais para R\$ 4,50 que para qualquer valor acima de R\$ 5, como tem sido habitual, e o grosso da despesa pública avançando à frente da arrecadação de impostos, tudo levando a escorar taxas de juros impraticáveis para disparar o desenvolvimento, são sintomas de desajustes em vários campos.

É leviano dizer que a economia esteja adoecida de forma ampla, se os indicadores, ainda que não brilhantes, indicam o contrário. Com US\$ 340 bilhões de reserva de divisas, equivalentes a 15% do PIB, superavit de US\$ 85 bilhões da balança comercial e déficit em conta corrente de 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB) — coberto facilmente com investimento estrangeiro direto de mais de 3% do PIB —, a taxa cambial deveria ser mais estável e menos sujeita às oscilações dos fluxos errantes de capitais e aos minuetos do dólar nos Estados Unidos.

A própria Bolsa brasileira, altamente concentrada em poucas ações de grandes empresas, como Petrobras e Vale, não reflete a situação empresarial, já que movimentava valores pequenos em relação ao total de ativos do mercado nacional. Além disso, o Índice Bovespa (IBovespa) não traduz bem a saúde orgânica das 83 empresas que formam a sua amostra.

Na prática, nossos mercados financeiros ainda operam como quando o país caçava dinheiros para zerar o déficit externo, pondo a taxa de juros dos papéis da dívida pública (leia-se: Selic, a taxa básica da economia) nas nuvens para atrair funding de aplicadores vorazes. Isso deveria ter se tornado prescindível com a formação de reservas parrudas a partir de 2003 e o boom das commodities de exportação para a China.

Já as contas fiscais não são um convite à tranquilidade, mas têm nuances também nessa observação. Os governantes são lenientes com a gestão do setor público em suas três esferas federativas, o que afasta qualquer possibilidade de redução de impostos, pois a regra é o aumento contínuo do gasto de custeio, e de sua distribuição equitativa. Essa é a dimensão dos choques políticos das últimas semanas, com a relação mal gerida com o Congresso agravada pela antecipação precoce da campanha eleitoral de 2026.

Incompreensões do governo

O que está em curso reflete decisões do início do governo, quando se deu pouca importância à vitória por pífios 2,1 milhões de votos e à eleição de uma maioria de deputados e senadores de partidos de centro direita, reforçados por quase uma centena de parlamentares alinhados ferreamente ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), pouco menos que o bloco de esquerda da base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A discrepância de votos no Congresso exige estratégias ignoradas 18 meses depois, quando estava claro em dezembro de 2022 que seria assim. Um Congresso fortalecido pela fraqueza de Bolsonaro levando os deputados a capitanear a execução da Lei Orçamentária não iria entregar seus novos poderes apenas em troca de alguns ministérios e de acesso a emendas à Lei Orçamentária. Isso já era jogo jogado.

Quando o presidente Lula deu apoio à reeleição do deputado Arthur Lira (PP-AL) à direção da Câmara, associada à proposta da chamada PEC da Transição, que adicionou R\$ 600 bilhões de gastos novos em quatro anos sobre o Orçamento federal já pesadamente deficitário, o governo firmou sua relação de coadjuvante entre os Poderes.

Mais: a delegação para tais gastos é negociada a cada ano durante a tramitação da Lei Orçamentária, reforçando o poder parlamentar.

A opção proposta à época, inclusive, nesse espaço, previa a edição de Medida Provisória no dia 1º, abrindo crédito extraordinário da ordem de R\$ 90 a R\$ 100 bilhões, suficientes para manter o Bolsa Família de R\$ 600, adicionado de R\$ 200 por criança. Com o recesso parlamentar, o crédito, após distribuído, tornaria-se irrevogável, e o governo não ficaria nas mãos de bancadas hostis.

A ideia foi rifada porque se achou que o cenário atual é o mesmo do de 2003 a 2010, isto é, fisiológico e não ideológico.

Armadilha das desonerações

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) combinada com os caciques da Câmara e do Senado, como o seu presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e o senador David Alcolombre (União-AP), criou as condições também para substituir o chamado teto de gasto, medida de 2016, pelo chamado "arcabouço fiscal", regime em que a despesa tem margem para crescer dentro de regras. Desconsiderou-se que a indexação faz o grosso do gasto crescer muito à frente da receita.

O Congresso aprovou e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, saiu a buscar as receitas tributárias para zerar o déficit e deixar o gasto voltar a crescer com transferências de renda, aumentos do funcionalismo, reajustes reais do salário mínimo e obras do PAC, o programa de infraestrutura. Seu método foi centrar alvo em desonerações, vulgo "gasto tributário", boa parte obsoleta. Só que faltou negociar.

As primeiras propostas nesse sentido o Congresso as aprovou sem grandes alterações, e o fez para assegurar a provisão orçamentária das emendas voluntárias sobre as quais o governo não pode negar o desembolso, mas pode protelar o pagamento efetivo.

Só que a Fazenda, inflada pelo punitivismo da Receita Federal, foi atrás de mais cortes de desonerações. Ao recusar a enésima prorrogação da PEC da desoneração dos encargos em folha, pixuleco que atende 17 setores e que, no Senado, foi estendido aos municípios de menor porte, o governo perdeu o chão. Nesse embate, cujo capítulo final foi a MP que garfava créditos legais do PIS/Cofins, o governo teve de engolir a devolução do ato pelo Senado.

Como fazer diferente

Como poderia ser diferente? O governo convoca o Congresso a rever as principais rubricas de despesas, consolidar os gastos com saúde e educação considerando o viés demográfico (menos aumento relativo de jovens vis-à-vis os idosos), desregular áreas de infraestrutura para aumentar a segurança do investimento privado.

Faltou pragmatismo, por exemplo, para destravar o passivo oneroso da ordem de R\$ 600 bilhões que fechou o crédito para muitos grupos privados. Ter uma gestão mais ativa da dívida do Tesouro Nacional, veículo pelo qual a tal "Faria Lima" pilota as expectativas e dificulta a vida do Banco Central. E, sobretudo, faltou política econômica, já que política fiscal é instrumento, não um programa de crescimento.

Ou seja: sem a economia empinada pela oferta, e não pela demanda anabolizada por esteroides fiscais, pouco muda. Como será adiante?

Enquanto a oposição não encontrar o substituto de Bolsonaro, Lula tem tempo para renovar a casa e mudar o rumo. Esse tempo é curto.



Banco do Nordeste

A força do Nordeste na transformação social do país

19/06
a partir das 09h30

Assista ao evento presencialmente e online com transmissão ao vivo no site e redes sociais do Correio Braziliense

Correio Braziliense

@correio.braziliense

www.correio braziliense.com.br

O Correio Braziliense realizará debate abordando temas sobre políticas públicas, indústria, emprego formal, geração de renda e inclusão social. Serão discutidas potencialidades, tendências e recursos naturais que impulsionam o crescimento econômico da região.

Mediadores:



Carlos Alexandre

Editor de Política e Brasil do Correio Braziliense



Denise Rothenburg

Colunista de Política do Correio Braziliense

Presenças confirmadas:



Paulo Câmara

Presidente do Banco do Nordeste



Décio Lima

Presidente do Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)



Adriana Melo

Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional



Uallace Moreira

Secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)



Guilherme Mello

Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code, saiba mais sobre o evento e inscreva-se.

Apoio: Banco do Nordeste



Realização:

